Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

280, a face do Brasil

ROBERTO CARDOSO ALVES

'Difícil não é matar o monstro, mas remover-lhe os escombros'
Goethe

'O monstro do arbítrio morrerá com minha eleição. É preciso, contudo, livrar a nossa Carta constitucional do entulho autoritário e adaptá-la a um estado democrático de direito. Para isto, deve o Congresso a ser eleito em 15 de novembro de 1986 ser dotado de prerrogativas de Assembléia Nacional Constituinte', dizia Tancredo Neves. Esta é, portanto, uma Constituinte de compromisso. Assumiram-no o PMDB e a Frente Liberal. Adotou-o o presidente morto, nas praças de quase todas as capitais do país, atento aos objetivos da construção democrática, obra deste e dos demais governos que hão de vir (a idéia de transição como passagem, transposição, ponte, como espaço e tempo aleatoriamente condicionados a ambições pessoais, parece-me concepção sociológica equivocada ou suspeito projeto de engenharia política).

Sarney, perplexo diante do exercício de uma Presidência imprevista e agravada pelas dívidas externa e interna imensas, pelo ininterrupto déficit público, pela inflação, pelo crescimento demográfico que exige número de empregos cada vez maior e pela presença tirânica da força majoritária que elegeu Tancredo, tomou duas medidas: no campo econômico, decretou o Plano Cruzado; no plano político, convocou deputados e senadores a se reunirem em Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Teve que resistir muito a um atuante grupo de esquerda —o último a apoiar Tancredo, o "Só Diretas" encrustado no PMDB— que pretendia a Constituinte exclusiva e, derrotada esta, o poder de deliberação da atual Assembléia por simples maioria (metade mais um dos presentes a cada sessão).

O Plano Cruzado teve, basicamente, duas consequências: uma que foi a ascensão de 305 parlamentares "peemedebistas" à Assembléia Constituinte, muitos dos quais com discurso ambíguo, equívoco e dissimulado, buscando fraudar a vontade popular; outra econômico-social, ou seja, a desorganização da produção e, consequentemente, da economia brasileira, agravando o desemprego e a carestia, colocando o povo contra o governo. Os que ontem subiam ao palanque ao lado do presidente, hoje o abandonam e, em grande parte, facilitados por seu discurso enganoso tiram as máscaras para aliarem-se ao PT, ao PDT, ao PCB, ao PC do B e ao PSB (por que não deixaram o PMDB para seguirem os fundadores destes partidos quando eles se foram? Temiam a transparência?). Aos primeiros momentos da Constituinte, com surpreendente solércia —regimento interno debaixo de um braço e projeto de Constituição debaixo do outro— assaltaram o Congresso.

Seria o arremedo do golpe parlamentar desferido à Tchecoslováquia, após a Segunda Guerra?

E vieram as subcomissões e as comissões temáticas. E veio a Comissão de Sistematização escolhida a dedo e a lupa, dentre os mais radicais esquerdistas.

Paralisou-se o país. O capital estrangeiro, sujeito às nossas leis e necessário ao nosso desenvolvimento, foi escorraçado: o de cá quis sair, o lá de fora tem medo de vir. O capital nacional retraiu-se. Caíram as taxas de investimento. Aumentaram a especulação financeira e o desemprego.

Para combater tudo isto, foi constituído o Centrão. Com a face do Brasil. Por 310 parlamentares que são acusados de direitistas porque não são radicais de esquerda nem encapuzados.

Para evitar que o projeto da Comissão de Sistematização fosse aprovado por 47 votos e, assim, transformado em Lei Maior, pois se não tivesse 280 votos contra, mesmo que tivesse contra 279, prevaleceria. O Centrão veio para restabelecer o princípio da soberania do plenário. Para dizer que a maioria é que decide no regime democrático. Por força de nossa reforma regimental só irão para a Constituição os artigos que tiverem no mínimo 280 votos, ou seja, a maioria absoluta.

E isto é singelo, não obstante a revolta e os ataques sem trégua dos radicais de esquerda que pululam na maioria dos nossos jornais, rádios e televisões.

O Centrão ora tem, ora não tem 280 votos. E é bom que seja assim. Não é um rolo compressor nem pretendeu ser. Desde o primeiro momento de sua aparição pública, negociou, entendeu-se. Compôs-se com a Mesa e com boa parte do plenário até para a reforma regimental. Nasceu sob a égide do entendimento e da negociação transparente. Recebe a CUT que o apunhala pelas costas. Recebe os mais categorizados líderes sindicais. Recebe a todos que o procuram. Nunca se negou a conversar com ninguém. Não trata como inimigos os seus adversários. É a garantia de que sempre haverá acordo. De que não ocorrerá a Constituição dos vencedores e vencidos.

Busca sintetizar na Carta Magna o espírito da nacionalidade. Vence nos princípios e, por estes balizado, compõe-se na procura do pensamento médio do povo brasileiro, a favor da liberdade, do pluralismo, da humanização da empresa, do desenvolvimento, da distribuição mais justa de rendas, da justiça enfim que frutifique na paz, entre as classes sociais.

Não é um agrupamento político definido. É um posicionamento conjunto de parlamentares que pensam da mesma forma: um programa global para o país, que há de viver sob uma ideologia democrática e humanista, promotora de níveis de vida dignos para toda a população brasileira, principalmente para os mais fracos e necessitados que precisam mais do Estado. Que lutam por um país onde haja somente cidadãos. Nem súditos, nem párias.

ROBERTO CARDOSO ALVES, 59, advogado, é deputado federal (PMDB-SP) e membro da Comissão Executiva Nacional do seu partido.